

AS CONSTRUÇÕES DO LUTO APÓS A MORTE DE DIANA*

O alarido provocado pelo funeral da princesa Diana não se dissipou bruscamente como um trovão num céu azul. Essa agitação carece ainda de diagnóstico. Convida a uma cartografia ou a uma etnografia da emoção. Porque é que o funeral se revestiu de tamanha importância? Porque é que a Princesa Diana foi promovida a símbolo? Porque é que ela se tornou o «elemento congregador»? E de que forma hoje existe «um elemento congregador»? O que substituirá o seu valor simbólico? E como? Vários textos tentaram responder a esta questões. Cerca de dois anos depois da morte da princesa, é importante pôr o acontecimento em perspectiva, fazer o seu balanço. Isso implica sublinhar o papel desempenhado por um parceiro essencial, um parceiro fotografado, filmado, enumerado, invocado sem interrupção; uma personagem no entanto pouco conhecida: o público.

O público era de facto o principal actor deste funeral, como de muitos outros acontecimentos que classificámos, com conhecimento de causa, de «populistas». Desdobrado em vários papéis distintos, o desempenho do público atravessa o acontecimento, mudando constantemente de registo e intensidade. O seu desempenho mostra que um público não é simplesmente um grupo de indivíduos, mas um conjunto de práticas que não são imutáveis. O desaparecimento de Diana revela afinal um público seguro de si, capaz de interpretar o acontecimento, de negociar a sua forma, de redefinir o estatuto da monarquia, de inventar novas formas de luto, de improvisar comemorações.

Daniel Dayan

CNRS, Paris

Elihu Katz

University of Pennsylvania

* Tradução de Clara R. Caldeira.

Construir o sentido do acontecimento

O anúncio da morte da princesa Diana desencadeia uma intensa actividade reflexiva. O público revela-se dotado de memória, ou melhor, de diferentes memórias. É mobilizando essas memórias que começa a construir o sentido do acontecimento. Cada público o fará à sua maneira, uma vez que a imensidão de públicos reunidos em frente à televisão não se traduzem numa homogeneização de leituras. Assim, para o público britânico a memória mobilizada reenvia a uma cerimónia precedente: o casamento de Carlos e Diana. Esse casamento permitia à família real designar Diana como sua representante junto do povo. O divórcio, e depois a morte da princesa inviabilizam essa mediação, deixando o gosto de uma promessa não-cumprida, de um contrato cancelado, o que confere ao funeral uma vertente de protesto. Ao contrário, para o público egípcio, a memória mobilizada é uma memória colonial. «Os serviços secretos britânicos assassinaram Diana para salvar o trono. Os Windsor sabiam que Diana ia casar com um muçulmano, que teriam um filho chamado Mohammed ou uma filha chamada Fatima, e que seria irmão ou irmã do rei de Inglaterra, chefe da Igreja Anglicana.» No cerne desta memória – onde se reconhece o tema caro a Benjamin Barber «Jihad contra o Mundo Mac» – Diana volta à cena invertendo um cenário colocado por Salman Rushdie. Um muçulmano traidor, passado para o lado ocidental, é condenado à morte pelas auto-proclamadas autoridades islâmicas. Uma jovem mulher ocidental vê a sua ligação com um homem de origem muçulmana reivindicada como uma conversão. Não lhe resta outra coisa senão ser condenada, desta vez, pela família real britânica. A cada público o seu acontecimento.

Exigir o funeral

Mas este público não se contenta em propor a sua própria interpretação do acontecimento. Este público – neste caso, o inglês – exige um funeral nacional, apesar das reticências daqueles que deviam ser os seus organizadores. O funeral da princesa Diana constitui um acontecimento certamente monárquico, mas fruto de uma concessão; um acontecimento cujos «organizadores» aceitaram como se aceita um ultimato. A rainha Isabel está lá, de chapéu e mala ao ombro, com um revólver invisível atrás das costas. Durante uma sessão fotográfica cuidadosamente preparada, a rainha está em frente a Balmoral, e inspeciona os ramos de flores colocados junto às grades. Philip mostra intenção de ler uma carta de condolências. O público ao qual este pequeno espectáculo se destina tem tanto mais poder que é neste contexto um público de papel, um recurso argumentativo. É o público contabilizado, o das sondagens aquele do qual se invoca – na terceira pessoa – a força legitimadora. É perante este público soberano que a soberana acabará por se inclinar. A urna funerária de Diana tinha que passar por lá.

Assinalar a sua lealdade

A partir da transmissão televisiva do acontecimento, o público de papel torna-se num público composto por espectadores. Estes espectadores são investidos do papel de súbditos de sua Majestade. O funeral da princesa Diana insere-se num género cerimonial muito preciso. A homenagem prestada a alguém célebre constitui uma reafirmação por parte do público da sua fidelidade

às normas ou à instituição que essa personalidade representa. Mas a homenagem prestada a Diana não contém nenhuma referência a normas (que ela abertamente transgrediu). E não é acompanhada por nenhuma afirmação de lealdade em relação a instituições (instituições que a princesa já não representa). Na verdade, a homenagem prestada a Diana prende-se com ela própria. Numa atmosfera de reivindicação populista, Diana é celebrada pelo seu próprio valor e já não pelo seu poder de mediação em relação à monarquia. Ela é a verdadeira rainha: «*the queen of hearts*» (a rainha dos corações). Esta transformação é eventualmente o principal efeito do acontecimento. Sem afectar aparentemente o desenrolar do ritual anunciado, a transformação do estatuto da princesa constitui o verdadeiro ritual. O funeral não é simplesmente a separação de Diana do mundo dos vivos, é também a reformulação do seu lugar na monarquia, e a reavaliação da legitimidade desta face ao público. Um desafio é lançado à monarquia que renegou a princesa. Na ordem das soberanias, perfila-se uma nova hierarquia.

Improvisar comportamentos de luto

Diana viva é uma imagem. Morta, põe em curso o programa que a televisão cerimonial propõe em circunstâncias idênticas (os funerais de John Kennedy, Indira Ghandi, Enrico Berlinguer, Martin Luther King). Os espectadores reúnem-se nos apartamentos, nos *halls* dos hotéis, nos cafés. As ruas esvaziam-se. O acontecimento desencadeia uma quantidade dispersa de celebrações domésticas, uma diáspora de celebrações privadas. Mas, paralelamente ao funeral e às celebrações domésticas, uma terceira série de manifestações vem para as ruas oferecer aí o espectáculo das devoções pessoais. Num acto de desconfiança em relação aos organizadores, os londrinos assistem ao cortejo, mas trazem as suas próprias flores. A ausência de uma verdadeira tutela do acontecimento traduz-se numa série de actividades rituais improvisadas, uma espécie de construção do luto. O funeral da princesa Diana marca uma nova etapa na transformação do agir cerimonial.

Numa primeira fase, a projecção do cerimonial na televisão provocava a transformação do espaço doméstico, transformando os acontecimentos públicos em cerimónias privadas. A partir deste momento, as celebrações privadas parecem abandonar o domicílio para voltar ao espaço público. Expressam-se aí como cerimónias públicas, juntando-se a outras celebrações privadas, tornam-se colectivas pela sua própria multiplicação. A actuação do público é abertamente dirigida a outros públicos. Solicita reacção: vejam-me a ver. Respondam à minha resposta.

Comemorar

A memória institucional dispõe do poderoso aparelho comemorativo disponibilizado pelas tradições religiosas e pelas religiões civis. Madre Teresa tem direito a ele, Diana não. Ela já não faz parte da família real. Tem, no entanto, acesso a outro tipo de memória, uma memória gerada pelos panteões privados ou comerciais. Estes panteões, que oferecem o tipo de imortalidade dada a Marilyn Monroe ou a Elvis Presley, estão prontos a recuperar e a ficcionar a sua biografia, a filmá-la sem concessões (Oliver Stone), em cores doces (Richard Attenborough) sob a forma de desenho animado (Diana e os 7 *paparazzi*). Essa imortalidade já foi desencadeada. E está pronta a ser reciclada até ao infinito.

No entanto, existe sempre uma alternativa a essas reciclagens. Um culto é prestado à princesa, no meio caminho entre o clube de fãs e a devoção a relíquias santas. Uma religiosidade difusa, próxima da memória familiar, leva os celebrantes a ocupar o espaço público nas portas da propriedade dos Spencer, ou nos acessos do túnel parisiense onde se deu o acidente. Perto da ponte de Alma, as oferendas e as mensagens empilham-se junto a uma chama que o acaso colocou no sítio certo: flores de plástico, fotografias, bonecos, cartazes, cachecóis dos clubes de futebol, roupas, velas. Uma personagem misteriosa cresce todas as noites no local do acidente. Visível desde a entrada do túnel, o pilar fatídico (o pilar «treze») faz parte de um percurso turístico entre a Torre Eiffel e o Grand Palais. Os responsáveis pela limpeza da cidade já não sabem se hão de deixar as flores e as oferendas ou cometer o sacrilégio de as retirar. Entre as vassouradas, vão tirando fotografias. Os *graffiti* e as relíquias não desaparecerão sem deixar rasto.

O culto prestado a Diana não se limita aos públicos europeus. Durante anos, a fotografia da princesa artificialmente a sorrir ornamentou os cabeleireiros do terceiro mundo. A sua forma de andar, a sua aparência, o seu corte de cabelo, claramente prestáveis aos comportamentos miméticos, são suficientemente conhecidos para permitir a forma mais extrema de apropriação: o transe da possessão.

De facto, o tratamento que a memória selectiva reserva à princesa é privilegiado, mas sincrético. A homenagem que Elton John lhe presta é partilhada com Marilyn Monroe. A chama junto à qual os turistas da ponte de Alma se juntam relaciona-se com Diana por um mal-entendido. Talvez daqui a algumas centenas de anos, Diana e Teresa deixem de ver as suas qualidades emigrar de uma para a outra, e passem a ser confundidas num culto comum. Elas atingirão então a imortalidade do arquétipo, e o seu anonimato.

Entrar na imagem

A actividade do público, e em particular, as práticas celebratórias, comemorativas, que vimos ser improvisadas em homenagem à princesa morta, podem ser lidas à luz da oposição sublinhada pelo antropólogo indiano Arjun Appadurai. Este antropólogo distingue dois universos a que chama respectivamente «ethnoscape» e «mediascape». O primeiro constitui a paisagem em que vivemos, morremos, produzimos e nos reproduzimos. O segundo, a paisagem catódica que habitamos alguns instantes ou horas por dia. A descontinuidade entre as duas paisagens, a incompatibilidade entre os dois universos, é normalmente percebida como uma dissonância dolorosa, um exílio. Os membros de certos públicos sentem-se mantidos à distância, para sempre afastados do centro.

Estes tentam agora ultrapassar essa oposição, articular «ethnoscape» e «mediascape», estabelecer um contacto com o centro, provar o sabor da fama. As comemorações e as homenagens em torno da princesa são assim peregrinações, encontros com um «sagrado» definido em termos de inacessibilidade. E a princesa Diana desempenha aqui o papel de um começo, de uma entrada, de uma ligação entre os mundos, representa o ponto em que as grandes periferias podem, de pleno direito, e sem sanção violenta, aproximar-se da ostentação, da «pompa e circunstância». Diana é efectivamente uma Santa, porque permite a intercessão. Àqueles que lhe prestam culto, proporciona, em troca, a entrada no «mediascape», a aproximação à aura.